

Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano III - nº 25 - Fevereiro/2022 - ISSN 2675-2573

ISSN 2675-2573



ANOS

EVOLUINDO COM VOCÊ



#AMOR

#ORGULHO



www.primeiraevolucao.com.br

Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano III - nº 25 - Fevereiro de 2022

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Ana Paula de Lima

Andréia Fernandes de Souza

Isac dos Santos Pereira

Vilma Maria da Silva

Organização:

Andréia Fernandes de Souza

Vilma Maria da Silva

Colaboradores:

Cleia Teixeira da Silva Oliveira

Isac dos Santos Pereira

José Wilton dos Santos

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Adriana Santos Morgado

Alecina do Nascimento Santos

Alessandro Rodrigues da Costa

Cristiana Ferreira Sousa Neves

Daniela da Silva Souza Santos

Diego Daniel Duarte dos Santos

Dulcilene dos Santos Lopes Siqueira

Evelice de Souza Evangelista

Giselle de Araujo Meneguetti Paganeli

Joseneide dos Santos Gomes

Juliana Aparecida Pinheiro de Araujo

Laura Veiga Antoniazzi Fernandes da Silva

Marta Batista Justino Caetano

Mineiva Medina Rodrigues Silva

Patrícia Mendes Cavalcante de Souza

Rafaela Figueiredo de Oliveira

Renato Souza de Oliveira Carvalho

Simoni Alves Pereira Almeida

Tânia de Jesus Alves

Terezinha Joana Camilo

Vanessa Izidorio de Arruda Domingues



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.25>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano III, n. 25 (fev. 2022). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2022.

132 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

ISSN 2675-2573 (on-line)

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877



São Paulo
2022

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Comissão editorial:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

José Roberto Tenório da Silva

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima

Denise Mak

Patrícia Tanganelli Lara

Thaís Thomas Bovo

Veneranda Rocha de Carvalho

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeilson Batista Lins

Profa. Esp. Ana Paula de Lima

Profa. Me. Andreia Fernandes de Souza

Profa. Dra. Denise Mak

Prof. Me. Isac dos Santos Pereira

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Me. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara

Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Profa. Me. Veneranda Rocha de Carvalho

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colaboradores especiais:

Cleia Teixeira da Silva Oliveira

Isac dos Santos Pereira

José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado

José Roberto Tenório da Silva

Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. (11) 98031-7887

Whatsapp: (11) 99543-5703

primeiraevolucao@gmail.com

https://primeiraevolucao.com.br

São Paulo - SP - Brasil

netomanuelfrancisco@gmail.com

Luanda - Angola

Imagens, fotos, vetores etc:

https://publicdomainvectors.org/

https://pixabay.com

https://br.freepik.com

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Publicada no Brasil por:

Edições **Livro Alternativo**

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista **PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial criado pela Edições Livro Alternativo para auxiliar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

O corpo editorial da revista é formado por professores, especialistas, mestres e doutores que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

É totalmente financiada por professoras e professores, e distribuída gratuitamente.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores e autores independentes.

PRINCÍPIOS:

O trabalho voltado (principalmente) para a educação, cultura e produções independentes;

O uso exclusivo de softwares livres na produção dos livros, revistas, divulgação, palestras, apresentações etc desenvolvidas pelo grupo;

A ênfase na produção de obras coletivas de profissionais da educação;

Publicar e divulgar livros de professores(as) e autores(as) independentes e/ou produções marginais;

O respeito à liberdade e autonomia dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à diversidade.

Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores. Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.

Produzida com utilização de softwares livres



Filiada à:



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

SUMÁRIO

05 APRESENTAÇÃO

Prof^ª. Ana Paula de Lima

COLUNAS

7 **Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes**

Isac dos Santos Pereira

8 **Semeando Ideias**

Cleia Teixeira da Silva Oliveira / José Wilton dos Santos



Imagens, fotos, vetores etc:
<https://publicdomainvectors.org/> - <https://pixabay.com> - <https://br.freepik.com>

ARTIGOS

1. Matemática, Ciências da Natureza e a Interdisciplinaridade Adriana Santos Morgado	15
2. A EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL Alecina do Nascimento Santos	21
3. DESENHO ARTÍSTICO UM MEIO TRANSFORMADOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL Alessandro Rodrigues da costa	25
4. A IMPORTÂNCIA DE ALFABETIZAR LETRANDO Cristiana Ferreira Sousa Neves	31
5. GEOMETRIA ESCOLAR: UMA BREVE REFLEXÃO Daniela da Silva Souza Santos	37
6. CRIMES CONTRA A FAUNA – A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO NA SALA DE AULA Diego Daniel Duarte Dos Santos	43
7. O Surdo no Ensino Superior Possibilidades E Estratégias Dulcilene dos Santos Lopes Siqueira	47
8. AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA QUANTO AOS DISTÚRBIOS DA APRENDIZAGEM Evelice de Souza Evangelista	53
9. A ATUAÇÃO DO PROCESSAMENTO AUDITIVO NA ALFABETIZAÇÃO Giselle de Araujo Menegueti Paganeli	57
10. AFETIVIDADE NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS Joseneide dos Santos Gomes	65
11. EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM SÃO PAULO: CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA LEGISLAÇÃO Juliana Aparecida Pinheiro de Araujo	71
12. A PINTURA ZENGA: UM ESTUDO EM DEFESA DAS PRÁTICAS CONTEMPLATIVAS Laura Veiga Antoniazzi Fernandes da Silva	77
13. LUDICIDADE E A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL Marta Batista Justino Caetano	85
14. ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E O PAPEL DO EDUCADOR Mineiva Medina Rodrigues Silva	89
15. A VALORIZAÇÃO DO BRINCAR NA INFÂNCIA Patrícia Mendes Cavalcante de Souza	95
16. A ARTE COMO CONTEÚDO CURRICULAR E SUA RELEVÂNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR Rafaela Figueiredo de Oliveira	101
17. A INTERDISCIPLINARIDADE DE GEOGRAFIA E CIÊNCIAS DA NATUREZA Renato Souza de Oliveira Carvalho	107
18. REFLEXÕES SOBRE ASPECTOS DA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM TDAH Simoni Alves Pereira Almeida	113
19. AFETIVIDADE NA PRÁTICA PEDAGÓGICA Tânia de Jesus Alves	117
20. A INTERVENÇÃO DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM Terezinha Joana Camilo	125
21. A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL Vanessa Izidorio de Arruda Domingues	129

O SURDO NO ENSINO SUPERIOR POSSIBILIDADES E ESTRATÉGIAS

DULCILENE DOS SANTOS LOPES SIQUEIRA

RESUMO: O presente artigo, conferiu uma pesquisa sobre a questão da educação universitária do povo surdo, que buscou abordagens diferenciadas seguindo algumas vertentes. Nesta investigação, buscou-se informações sobre oferta de cursos bilíngue no ensino superior, observados o contexto. Este artigo tem bases bibliográficas, com objetivo de compreender a experiências e vivências do povo surdo e os desafios para incluí-los em no ambiente de ensino superior universitário, com a justificativa de colaborar com a ampliação das políticas públicas sobre a oferta do ensino bilíngue. Os resultados que foram captados, repercutem e apontam dificuldades e desafios da inserção do povo surdo, bem como os estudantes no ambiente onde sua maioria se trata de pessoas ouvintes, para além do convívio entre surdos e ouvintes, observar como, e o que tais instituições oferecem ao indivíduo surdo, como por exemplo, um profissional intérprete de libras, que é obrigatório o tradutor/intérprete, previsto no Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005).

Palavras-chave: Libras, instituição de ensino, povo surdo, educação bilíngue.

INTRODUÇÃO

Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) em 2020, existem cerca de 10,7 milhões de pessoas surdas e com deficiência auditiva no país, quantidade essa que equivale a 5% da população, o que reforça ainda mais a importância de falar sobre a educação desse grupo.

Uma pesquisa realizada pela Federação Mundial dos Surdos (WFD), 80% das pessoas surdas do mundo têm dificuldades com as línguas escritas, devido à dificuldade de acesso à educação. Por mais que esses dados mostram o cenário global, grande parte da comunidade surda no Brasil não usa o português como primeira língua, tendo a Língua Brasileira de Sinais como sua língua materna e dependendo dela em sua comunicação. Além disso, vale lembrar que a libras é mais que uma forma de comunicação para o povo surdo, ela retrata a identidade e cultura surda da comunidade surda

em uma sobre a educação de pessoas surdas no Brasil, estudos apontam que até o século XV o mundo não considerava possível que pessoas surdas pudessem ser educadas, entretanto com o passar dos anos, na Europa esse entendimento foi modificado.

Foi através de Édouard Huet, um educador francês surdo que inseriu no Brasil a Língua de Sinais Francesa (LSF), o primeiro a reconhecer e introduzir o alfabeto manual. A convite do Imperador Dom Pedro, Huet veio para a corte de Portugal no Brasil, com objetivo de fundar um instituto que atendesse às pessoas surdas, a partir daí foi criado o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, em 1857. Em 1862, o Professor Hernest Huet deixa o Instituto e desta forma o cargo de diretor é assumido pelo Dr. Manoel de Magalhães Couto. O currículo apresentado por ele não mencionava o treino de fala ou de leitura orofacial (MOURA, 1996).

Em 1868, uma inspeção do governo no instituto verificou que ele estava servindo apenas de asilo de Surdos. O diretor foi demitido e, em seu lugar, foi nomeado o Dr. Tobias Leite. Em 1873, foi aprovado o projeto de regulamento em que era estabelecida a obrigatoriedade de ensino profissional e o ensino da “linguagem articulada e leitura sobre os lábios.” (MOURA, 1996, p.82).

O instituto INES até hoje é referência na educação de surdos no Brasil.

Com o passar dos anos a educação bilíngue obteve inúmeras conquistas e se fortaleceu, como por exemplo a lei brasileira de inclusão, e o reconhecimento do tradutor/intérprete como profissional de Libras.

A língua brasileira de sinais, no Brasil, foi oficializada como segunda língua, em abril de 2002, pelo decreto da Lei nº 10.436. A partir daí surgiram novas leis que determinaram novas medidas em que unidades escolares e instituições de ensino superior deveriam adotar para receberem os estudantes surdos. Em dezembro de 2005 o decreto nº 5.626, que no texto trazia também a certificação dos profissionais de Libras, em que a determinação é que haja a disponibilidade de intérpretes ou tradutores a disposição para pessoas surdas nas instituições de ensino e que passou a considerar como pessoa surda a que, “compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras”. (BRASIL, 2005).

A mudança na LDB, a partir da Lei 14.191 de 2021, introduz o ensino bilíngue para as pessoas surdas nas unidades escolares, para torná-lo uma disciplina independente, estabelecendo a Libras como primeira língua e o português escrito como a segunda língua. Segundo a Agência Senado:

“a educação bilíngue será aplicada em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdo.”

O texto diz ainda que a aplicação dessa metodologia deverá ter início na educação infantil e se estenderá ao longo de toda a vida, o que prevê a oferta e financiamento pela União de materiais didáticos e professores bilíngues com formação e especialização adequadas não só no ensino básico, mas também em nível superior¹.

Desta forma com inúmeras e acentuadas discussões, que contribuíram em leis e decretos que provocaram mudanças significativas, mesmo que embora recentes, os temas que eram relacionados à educação de indivíduos surdos passaram a receber cada vez mais atenção dos pesquisadores e educadores e comunidade surda, desta forma possibilitando significativamente crescimento do número de estudos onde mostram que a percepção e noção de surdez e do indivíduo surdo, sofreu inúmeras modificações ao longo do tempo, como indicam os trabalhos de pesquisa e observação de Gonçalves e Silva (1998) e Garcia (2009) e, onde apontam e sugerem a importância e a necessidade de considerar a língua de sinais como marca singular e a principal característica do indivíduo surdo, bem como de toda a comunidade surda, deixando de considerar a surdez como o único diferencial do indivíduo, dessa forma interferindo na abordagem educacional deste indivíduo e em como as políticas de inclusão e integração do mesmo deveria ser incorporada nas unidades educacionais.

É observado cada vez maior o número de estudantes surdos que ingressam no ensino superior no Brasil. De acordo com dados do Ministério da Educação, em 2003, foi observado que somente 665 estudantes surdos estavam matriculados e frequentando aulas em universidades. Esse número aumentou para 2.428, em 2005, foram incluídos nesses dados, matriculados em instituições públicas e privadas (Brasil, 2006). A inserção do ensino bilíngue nas instituições de ensino superior garantiu que um maior contingente de pessoas surdas tenha acesso à informação, possibilidade de comunicação e entendimento dos conteúdos, ofertados nas instituições educacionais. Ele é importante para a preservação e recuperação da história do povo surdo, a reafirmação de suas identidades e especificidades, bem como a valorização da língua e cultura, fato que no Brasil ainda está distante do ideal.

Nesse sentido, todos os movimentos e possibilidades, que ofereçam o ensino bilíngue, que são garantidos por lei, são fundamentais para uma educação mais inclusiva. No entanto, essas não devem ser as únicas ações a serem levadas em consideração, pois a comunidade surda representa 5% da população brasileira, e exige um movimento maior de iniciativas que integre esses indivíduos, não apenas no ensino regular, mas também em diferentes contextos, como, por exemplo, nos contextos profissionais, bem como na aprendizagem de novas tecnologias e no mundo digital e no ensino online. Este aumento significativo de alunos surdos se deve a diversos fatores, entre os quais: o reconhecimento da língua de sinais; o desenvolvimento de propostas de educação bilíngue de qualidade para surdos; e um momento histórico no qual, políticas públicas de inclusão aos poucos aumentam o acesso e a participação de pessoas com deficiência em diferentes contextos sociais.

¹ DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. 04/08/2021 | Edição: 146 | Seção: 1 | Página: 1. LEI Nº 14.191, DE 3 DE AGOSTO DE 2021

Desta forma, é de extrema importância garantir a continuidade de movimentos e medidas em que a efetividade das ações já prescritas por lei sejam indispensáveis para alcançar a inclusão e equidade do povo surdo em todo o território brasileiro. Essa responsabilidade por dar atenção e se fazer cumprir as leis e também por promover um mundo mais justo, mais inclusivo e com menos dificuldades e falta de acesso, pois a educação é um direito de todos e só ela tem o poder de transformar pessoas.

Este estudo aborda em especial a situação atual da educação bilíngue em instituições de ensino superior, com objetivo de compreender a vivência desses estudantes e os desafios da inclusão em ambiente universitário. Considerando a relevância desse estudo principalmente para a comunidade surda, tal pesquisa foi desenvolvida com justificativa de contribuir para ampliar as discussões sobre o ensino bilíngue, conseqüentemente, fortalecendo assuntos como identidade e cultura surda. A fundamentação da pesquisa, se deu por análise bibliográfica trazendo importantes contribuições de autores diversos à compreensão da surdez, identidade surda, sujeito surdo, e demais aspectos que abordam o tema.

ENSINO BILÍNGUE: SUA IMPORTÂNCIA PARA A VIDA DO SURDO.

O indivíduo surdo, assim como qualquer outro indivíduo, necessita aprender a ler, escrever e compreender o que o rodeia, neste sentido, a comunicação correta e adequada é fundamental para o seu processo de desenvolvimento. Desta forma, sem acesso à informação e comunicação não há desenvolvimento e nem aprendizado, assim, a Libras é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento da pessoa surda, por ser uma língua natural e com organização em todos os níveis gramaticais, e com as mesmas funções das línguas orais, ou seja, garantir a comunicação. Portanto, a Libras tem a função de eliminar as dificuldades dos conceitos e das descrições abstratas da língua oral. Fernandes (1998).

Durante um longo período, o mundo fez uso da abordagem oralista, abordagem essa repudiada pelo indivíduo surdo, e com resistência por parte dos alunos surdos, que entre si se comunicavam apenas por sinais de forma escondida. Entretanto essa abordagem, ou seja, a proposta do oralismo era constantemente fortalecida pelos ouvintes, que pensava-se que através deste método haveria a esperança de transformar o surdo em ouvinte, melhorando dessa forma a relação social e educacional desse grupo de pessoas.

Capovilla (2000, p.102) ao explicitar o método Oralista na comunicação com pessoas surdas ressalta que

O método oralista objetivava levar o surdo a falar e a desenvolver a competência linguística oral, o que lhe permitiria desenvolver-se emocional, social e cognitivamente do modo mais normal possível, integrando-se como um membro produtivo do mundo dos ouvintes.

O objetivo desta abordagem era fazer com que o surdo aprendesse a falar oralmente, ou seja, emitisse as palavras através da fala, proibindo o uso dos sinais na comunicação. Os educadores que seguiam essa abordagem oralista não acreditavam nas capacidades intelectuais e possibilidades do surdo como um indivíduo diferente, desta forma, portanto, pensavam que o oralismo poderia corrigir de qualquer forma o que faltava a ele, para que se integrasse à sociedade e aos meios educacionais como uma pessoa "normal".

Assim, segundo Kojima e Segala (2008), a comunicação por meio de gestos nunca deixou de estar presente na comunidade Surda. Ainda segundo Goldfield (1997), o mais importante defensor do Oralismo foi Alexander Graham Bell, que exerceu grande influência no resultado da votação do Congresso Internacional de Educadores de Surdos, realizado em Milão no ano de 1880. Percebeu-se no entanto que a tentativa de introduzir abordagem do oralismo durante quase 100 anos em nenhum momento beneficiou o desenvolvimento da educação de surdos.

Estudos de Brito (1993, pág. 19) mostram que as línguas de sinais, são línguas complexas tanto como as línguas orais, porque permitem "a expressão de qualquer significado decorrente da necessidade comunicativa e expressiva do ser humano". Ou seja, a língua de sinais é suficiente para produzir uma língua autônoma e plural, por outro o lado o historiador Le Golf (2003, p 422) confirma uma reação, às formas dominantes de predomínio cultural onde percebemos o estabelecimento de uma cultura dominante, em um lugar social distante da cultura surda:

No estudo da memória histórica é necessário dar uma importância especial às diferenças entre sociedade de memória essencialmente oral e sociedade de memória essencialmente escrita, como também as fases de transição da oralidade à escrita.

No Brasil houve outras instituições que também tiveram relevante importância na educação de surdos. Dentre eles é possível mencionar o Instituto Santa Teresinha, que atualmente oferece educação apenas para o ensino fundamental, e que pertence ao setor privado, e ainda a escola municipal bilíngue, EMEB Helen Keller. Entre as instituições de ensino superior, em sua maioria, não há, nenhuma proposta abrangente ou visibilidade de trabalhos, voltados a educação bilíngue, o que se notou é que apenas cumprem, de forma rasa o que é estabelecido por lei, nesse caso, observou-se que mantém apenas um intérprete de Libras para cada estudante surdo, o que não possibilita ou garante ao surdo real interação com os demais alunos ouvintes.

Durante as pesquisas para a elaboração desse objeto de estudo, observou-se que as propostas educacionais foram buscando se adequar às necessidades do surdo, bem como evoluir nas abordagens e conteúdos, entretanto de forma lenta ao longo dos anos. O bilinguismo é uma abordagem aceita por algumas pessoas de forma obrigatória. Os estudos apresentaram a língua de sinais com aspectos relevantes caracterizados pelas diferenças na organização e estrutura quando comparada com a língua oral, em nosso caso, a língua portuguesa.

Assim, conforme Ziesmann (2017) o bilinguismo parte do pressuposto de que o surdo tem o direito de adquirir a sua língua materna – a Língua de Sinais – e só depois a segunda língua (língua oficial do país) – no caso do Brasil, a Língua Portuguesa. Essa proposta de ensino traz benefícios em relação ao desenvolvimento de conceitos para fazer com que o mundo compreenda as especificidades do sujeito surdo, entendendo que tal sujeito poderá desenvolver carreira e vida pessoal a partir do momento que sua forma de aprender for atendida.

Esta abordagem metodológica consiste em utilizar as duas línguas no contexto escolar e, no Brasil, as línguas em questão são a Língua Portuguesa (escrita) e a Língua Brasileira de Sinais - Libras. A metodologia Bilíngue é utilizada atualmente com surdos em algumas instituições educacionais brasileiras. Nesta perspectiva, o Bilinguismo

[...] contrapõe-se ao modelo oralista porque considera o canal viso gestual de fundamental importância para a aquisição de linguagem da pessoa surda. E contrapõe-se à comunicação total porque defende um espaço efetivo para a língua de sinais no trabalho educacional; por isso advoga que cada uma das línguas apresentadas ao surdo mantenha suas características próprias e que não se ‘misture’ uma com a outra (LACERDA 1998 p.10). Lacerda (1998), ao defender a metodologia Bilíngue destaca que os surdos adquirem conhecimentos por meio do canal visual e a mistura entre línguas, utilizadas na Comunicação Total, dificultava a aquisição de conhecimentos pelos surdos, pois cada língua tem características próprias e independentes, tornando-se assim impossível falar ambas as línguas (sinalizada e oral) ao mesmo tempo no âmbito escolar. Na concepção de Guarinello (2007, p. 45-46) A proposta bilíngue surgiu baseada nas reivindicações.

Para Quadros (1997) a proposta do modelo bilíngue deve existir em um ambiente em que a interação entre as pessoas ocorra de forma natural. Com isso, para que instituições de ensino superior adotem a educação bilíngue, é necessário que haja além do intérprete de Libras, professores, corpo docente e discente, bem como os demais funcionários da instituição devem possuir conhecimento básico da língua de sinais, para que o aluno surdo se torne independente na comunicação com pessoas envolvidas no ambiente universitário.

Em estudo realizado por Foster, Long, Snell e Foster (1999) sobre a experiência de estudantes surdos do ensino superior em contextos de inclusão, aponta que a comunicação desses alunos em sala de aula e a compreensão do que é abordado, são iguais à dos colegas ouvintes, já com a presença do intérprete, eles se sentem menos integrados à vida universitária. O estudo menciona ainda que muitos professores não têm a prerrogativa de fazer adaptações dos conteúdos, auxiliem no processo de aprendizagem e que diminua a discrepância de acesso a informação, dos estudantes surdos, e atribuem ou responsabilizam o sucesso ou insucesso desses alunos aos serviços de apoio que as instituições de ensino oferecem.

A partir das leis de educação para surdos que passaram a surgir em 2005, algumas instituições de ensino superior como o Instituto Superior Bilíngue de Educação (ISBE), Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e o Instituto Singularidades foram criadas com o objetivo de aderir o ensino bilíngue. Entretanto é importante ressaltar o ensino para surdos, onde a Libras é sua primeira língua (L1) e o português sua segunda língua (L2), poderá em sua maioria, reunir estudantes surdos e ouvintes,

promovendo desta forma, uma experiência singular para cada um dos indivíduos envolvidos, em que os alunos ouvintes matriculados nessas instituições, deverão ter o mínimo de conhecimento em Libras.

Só através da reflexão de possíveis barreiras e dificuldades, as instituições de ensino poderão, assim, compreender o que os estudantes surdos enfrentam para se adaptar às exigências do ambiente acadêmico. No entanto, ainda assim, o quantitativo dos surdos que ingressam nas universidades, indicam de certa forma, que existem progressos nesse contexto, não apenas no ensino superior, como também, no ensino fundamental e médio. O respeito e consciência da necessidade de se garantir as aprendizagens, de forma justa e correta para surdos, estabelece movimentos sociais e políticos, positivos para este público, possibilitando acesso, contribuindo e garantindo o seu desenvolvimento acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou um compilado de abordagens e metodologias utilizadas na educação dos surdos no Brasil desde 1855 até nossos dias, enfatizando-se as diferenças, filosofias, vantagens e desvantagens para o acesso ao ensino superior dos alunos surdos, de modo a entender a importância da garantia ao acesso do surdo ao ensino superior. Também compreendemos o surdo em suas particularidades, sua língua e conseqüentemente a sua vida em sociedade atrelada ao processo de inclusão nas instituições de ensino superior

Atualmente, poucas são as instituições de ensino superior que utilizam a abordagem e a metodologia bilíngue, ficando evidente que dificilmente tal metodologia seja incorporado ao meio acadêmico, Considerando que são claras as dificuldades e falta de acesso, enfrentada pelos surdos, e as soluções que os auxiliam a não precisarem enfrentar tais condições desfavoráveis para o seu acesso desenvolvimento acadêmico, podendo, de forma justa, e igual, oferecer ao indivíduo surdo possibilidades para seu processo de aprendizagem e sucesso acadêmico nas instituições de ensino superior.

Durante esta pesquisa, encontramos diversos autores que chamam a atenção para a falta de comunicação direta entre os alunos surdos e ouvintes, e incluindo os docentes, obrigando o indivíduo a permanecer em uma situação de dependência, que cria no sujeito surdo um sentimento de inferioridade.

Podemos, entretanto, apontar os pontos positivos observados, que apesar das dificuldades encontradas pelos estudantes surdos, existem nesse caminho os intérpretes de língua de sinais, que são contratados para auxiliar estes alunos durante sua permanência na vida acadêmica .

É nítido que a implantação do ensino bilíngue em instituições de ensino superior, terá dificuldades em ser executada na prática. Em escolas bilíngues tradicionais os conteúdos são ministrados na primeira língua, a língua materna, ou seja, a língua de sinais, e a segunda língua no caso do Brasil, o português.

Desta forma, para um ambiente universitário “normal” seria injustificável utilizar a Libras como primeira língua, pois na instituição de ensino, em sua maioria, são de estudantes ouvintes sem conhecimento da língua de sinais. Entretanto, não seria correto deixar o aluno surdo à margem do ensino superior, e sem acesso à universidade. Atualmente, é importante que as políticas educacionais, bem como as instituições de ensino superior, reflitam onde e de que forma este sujeito se adapta ao ambiente educativo, e se por acaso o intérprete é o suficiente para o sucesso acadêmico deste aluno.

Se faz necessário uma reorganização de estratégias de abordagens e metodologias de ensino, bem como da avaliação do mesmo, considerando a participação do intérprete de língua de sinais, durante todo o processo de ensino deste estudante surdo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei n. 10.436**, de 24 de abril de 2002. Ministério da Educação. Secretaria de Educação especial.
- MACHADO, Paulo César. **A política Educacional de Integração/Inclusão – Um Olhar do Egresso Surdo**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2008.
- _____. **Decreto n. 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Brasília: SEESP/MEC, 2005.
- _____. Ministério da Educação. **Evolução da educação especial no Brasil**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006.
- BRITO, Lucinda Ferreira. **Integração social e educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1993.
- FERNANDES, Sueli de Fátima. **Surdez e linguagens: é possível o diálogo entre as diferenças?** [Dissertação]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná - 1998.
- GARCIA, Barbara Gerner de. **O multiculturalismo na educação dos surdos: a resistência e relevância da diversidade para a educação dos surdos**. Atualidades da Educação Bilíngue para surdos. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez.** São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

KOJIMA, Catarina Kiguti; SEGALA, Sueli Ramalho. **A imagem do pensamento – Libras.** São Paulo: Editora Escala, 2008.

LONG, G.; SNELL, K; FOSTER, S. Inclusive instruction and learning for deaf students in postsecondary education. **Journal of Deaf Studies and Deaf Education**, Oxford, v.4, n.3, p.225-235, Summer, 1999.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

ZIESMANN, Cleusa Inês. **Educação de surdos em discussão: práticas pedagógicas e processo de alfabetização.** Curitiba: Appris Editora, 2017.

SKLIAR, Carlos (org.). Abordagens sócio-antropológicas em educação especial. In: CECCIM, Ricardo Burg, LULKIN, Sérgio Andrés, BEYER, Hugo Otto, LOPES, Maura Corcini. **Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial.** 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.



Dulcilene dos Santos Lopes Siqueira

Graduada em Pedagogia e Artes Visuais pela Universidade Cruzeiro do Sul, UNICSUL. Pós-graduada em Libras pela Universidade Nove de Julho, UNINOVE. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I Fundamental I na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.
e-mail: dulcilibrass@gmail.com

EVOLUÇÃO

EVOLUINDO
SEMPRE
COM VO

UMA PROPOSTA PARA RE
DO SISTEMA DE ARTES

PROPOSTA E POSSIBILIDADE

O JORNAL COMO UM RECURSO DE ENSINO-APRENDI

www.primeiraevolucao.com.br

Revista **EVOLUÇÃO**
Ano III - nº 25 - Fevereiro/2022 - ISSN 2675-2573

2
ANOS
EVOLUINDO COM VOCÊ

#AMOR #ORGULHO

www.primeiraevolucao.com.br

ORGANIZAÇÃO:

Andreia Fernandes de Souza
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Adriana Santos Morgado
Alecina do Nascimento Santos
Alessandro Rodrigues da costa
Cristiana Ferreira Sousa Neves
Daniela da Silva Souza Santos
Diego Daniel Duarte dos Santos
Dulcilene dos Santos Lopes Siqueira
Evelice de Souza Evangelista
Giselle de Araujo Meneguetti Paganelli
Joseneide dos Santos Gomes
Juliana Aparecida Aparecida Pinheiro de Araujo
Laura Veiga Antoniazzi Fernandes da Silva
Marta Batista Justino Caetano
Mineiva Medina Rodrigues Silva
Patrícia Mendes Cavalcante de Souza
Rafaela Figueiredo de Oliveira
Renato Souza de Oliveira Carvalho
Simoni Alves Pereira Almeida
Tânia de Jesus Alves
Terezinha Joana Camilo
Vanessa Izidorio de Arruda Domingues



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.25>

Produzida com utilização de softwares livres



www.primeiraevolucao.com.br

Filiada à:

